

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: UMA ABORDAGEM ENDÓGENA DE DESENVOLVIMENTO NO PERÍMETRO IRRIGADO PÚBLICO FEDERAL BAIXO ACARAÚ.

Ms. Rita de Cássia Marques Costa
(ritaafc@yahoo.com.br)

Amaury Ribeiro Costa – UFV-MG
(amauryribeirocosta@yahoo.com.br)

Resumo

O artigo teórico apresenta um estudo sobre a realidade rural, criando possibilidades de construir outra visão para a problemática do trabalho da Assistência Técnica e Extensão Rural contemporânea, o qual orientará a busca de convergências entre a ação extensionista e desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Assistência Técnica, Extensão Rural, Desenvolvimento.

Abstract

This paper presents a study about the reality pertaining to the rural zone creating possibilities to construct other perspective for all the problems involved in the work of technic assistance and contemporaneous rural extension which will conouct the searching of convergencies between the extension action and the sustainable development.

Keywords: Technic assistance, rural extension, development.

INTRODUÇÃO

Em todas as experiências coletivas, os agentes sociais buscam autonomia de trabalho, mais liberdade na esfera das decisões. Convém não esquecer que a concretização da liberdade e da igualdade, dentro de uma sociedade marcadamente desigual, é profundamente afetada pelas circunstâncias, contudo, não se pode perder de vista a noção de que essas circunstâncias fazem o ser humano, assim como os mesmos fazem as circunstâncias. Esta é a lição sinalizada para realização desse trabalho.

O trabalho representa um relato de experiência, concebido como um movimento permanente de questionamentos, troca e reflexão sobre as experiências e conhecimentos acumulados dos autores desse trabalho, no qual foi valorizada a pluralidade de idéias e caminhos, de modo que, cada vez mais, estimulava para uma visão mais crítica da realidade rural. Apresenta e oferece múltiplos modos de ver em torno das diferentes práticas em extensão rural nos perímetros irrigados,

observadas e decorrentes de um processo histórico onde estavam inseridos, tomando como ponto de partida questões na tentativa de indagar o senso comum e aos poucos elaborar o nosso objeto de estudo, motivando-nos à realização desse trabalho.

Inicialmente, esses estudos são permeados por experiências anteriores, vividas e observadas, nos quais houve contato direto com a realidade dos perímetros irrigados da Bahia, Minas Gerais e por último no Ceará. Foram acompanhados trabalhos de coordenação das equipes técnica de extensão rural, organização de produtores rurais, assessoramento de equipes pedagógicas que trabalhavam diretamente com as oficinas de formação profissional para filhos(as) de agricultores.

Desta forma, a vontade de saber mais, de entender melhor e de estabelecer novas formas de percepção na realidade do trabalho rural nos perímetros irrigados. Começou-se, então, um movimento permanente de questionamentos, troca e reflexão sobre as experiências e conhecimentos acumulados por todos, valorizando a pluralidade de idéias e caminhos, de modo que, cada vez mais, se estimulava uma visão mais crítica sobre a realidade rural.

Portanto, a partir de fontes bibliográficas, tentar-se-á indicar possibilidades de criar outra visão para a problemática do trabalho da assistência técnica e extensão rural contemporânea em seus aspectos sociais, educacionais, econômicos, ambientais e políticos, o que requer o investimento pessoal no aprofundamento teórico, o qual orientará a busca de convergências entre a ação extensionista e desenvolvimento sustentável, possibilitando uma visão mais ampliada da ação e dos impactos desta sobre a realidade atual e desejada.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao pesquisador a cobertura uma variedade de fenômenos mais amplos (GIL, 2010).

O elemento mais importante para identificação de um delineamento é o procedimento adotado para coleta de dados. Assim, podem ser definidos dois grandes grupos de delineamentos: aqueles que valem das chamadas fontes de “papel” e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas. No primeiro grupo estão a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental (Gil, 2010, p.50).

Como metodologia desse trabalho, o referencial teórico utilizado para aprofundamento do estudo apresentado, foi fundamentado a partir dos autores Paulo Freire, Graziano, Furtado, dentre outros.

Voltando à lembrança sobre a história da extensão rural no Brasil, é possível apreender alguns conceitos essenciais que permearam o passado e são determinantes para compreender as

transformações ocorridas nessa trajetória. Inicialmente, toma-se como caminho primordial, a busca nos diferentes momentos históricos, dos elementos que influenciaram a intervenção extensionista e a compreensão dos elementos metodológicos.

O suporte na análise histórica nos permitiu constatar que o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER vem passando por profundas transformações em suas práticas e sua cultura, no enfrentamento de novos desafios da atualidade.

Como investimento na melhoria das ações de ATER na tentativa de responder às necessidades atuais, a formulação e implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural ocorreu em um momento importante para o rural brasileiro, em que uma série de políticas pública estava sendo direcionada para o campo, como crédito, energia elétrica, educação de jovens e adultos, seguro agrícola e de renda e apoio à comercialização, dentre outras.

A ATER está sendo revitalizada para estabelecer a articulação e a convergência dessas ações, atuando de forma estratégica para facilitar e promover as inclusões sociais, tornando-se um dos principais instrumentos para apoiar e animar processos de desenvolvimento rural sustentável. Isso, apesar do processo histórico que culminou, em um dado momento, no desmonte das organizações de ATER no Brasil.

A implementação da Política, mesmo sendo relativamente recente, estava sensibilizando os governos estaduais e municipais, além das organizações da sociedade civil, de modo que a Assistência Técnica e Extensão Rural voltou a ocupar espaço na agenda política nacional o que chama a atenção dos países na América Latina, por ser um exemplo de que é possível fazer a promoção do desenvolvimento rural, com equidade, desde que os estados nacionais voltem a coordenar e aportar recursos para os serviços de Extensão Rural, visando ao fortalecimento da agricultura familiar e pautado por políticas que definam claramente os rumos desejados.

Concomitantemente, é incontestável o valor da Extensão Rural como instrumento de política de teor agrícola do Estado, visando ao desenvolvimento sustentável das comunidades por meio de processos educativos, que contribuam para a mudança do padrão tecnológico considerado tradicional para um modelo que incorpore novos métodos, procedimentos e técnicas de organização do processo produtivo, em função de maior produtividade, bem como um acréscimo na renda agrícola, resultando na melhoria das condições de vida das populações rurais e respeito ao meio ambiente. Essa demanda atual da Extensão Rural exige do profissional de extensão uma ampliação de novas práticas.

Surge então a dúvida em relação às novas tecnologias difundidas e os esforços contraditoriamente despendidos. Quando se causa essa imprecisão, abre-se espaço para novos questionamentos sobre o modo de atuação da ATER, no sistema agrícola produtivo no Perímetro Público Irrigado do Baixo Acaraú. O cuidado com este assunto dá margem a reflexões sobre os elementos contidos na ação dos profissionais adotados nesse perímetro irrigados, considerando-se, também, que existem condicionantes sociais, ambientais, econômicos, educacionais, culturais e políticos. São fatores que influenciam na decisão da família produtora na adoção de inovações tecnológicas e experimentar processos coletivos no cotidiano do trabalho rural desde a perspectiva comunitária.

As preocupações com essas questões instigaram a realização deste estudo na tentativa de buscar respostas a partir de uma análise e compreensão do conceito de desenvolvimento no trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural no Perímetro Público Irrigado no Baixo Acaraú. Quais as condições criadas para que os resultados das ações de ATER tenham impactos positivos na dimensão do desenvolvimento humano, na formação de competências e nas mudanças de comportamento, em longo prazo?

Conforme relatório de atividades relativo ao convênio do DNOCS/SEAGRI em abril de 1998, o Perímetro irrigado Baixo Acaraú está situado na região norte do Ceará, no semiárido nordestino. É uma área territorial fincada no semiárido cearense, administrada sob a forma de associativismo, e financiada pelo Banco do Nordeste - BN, fiscalizada e acompanhada pelo Departamento de Obras Contra as Secas – DNOC. Conforme relatório citado acima, o Projeto Baixo Acaraú em sua primeira etapa disponibilizou 7.776 hectares irrigados. Atualmente, está sendo implantada a segunda etapa com 4.168 hectares.

Essa região apresenta-se como uma das fontes geradoras de emprego e renda para as famílias dessa localidade, organizadas comunitariamente, para o plantio, colheita e comercialização da fruticultura irrigada, que no início de suas atividades tinha como produção: melão, melancia, banana, mamão, abacaxi e outros. A implementação desse perímetro irrigado tem o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável local dessas comunidades, na perspectiva de inclusão social na vida do trabalho rural. O Projeto de Irrigação do Baixo Acaraú é resultado de estudos apoiados pelo Banco Mundial, que comprovaram a existência de condições privilegiadas para a produção de frutos de alta qualidade, com menor incidência de doenças e pragas (BRASIL/MDA, 2004).

2. CONTEXTUALIZANDO A ATER NO BAIXO ACARAÚ: RUMO AO DESENVOLVIMENTO

A primeira empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural que atuou no perímetro do Baixo Acaraú foi Hydros Engenharia e Planejamento LTDA, chegando para realizar o trabalho de ATER por meio de licitações ocorridas no ano de 2000, havendo sido vencedora da concorrência pública.

Inicialmente, é importante diferenciar Extensão Rural de Assistência Técnica. Esta última conforme Furtado (1991), diz respeito à produção, ou seja, crescimento econômico, e a Extensão Rural, além disso, inclui as famílias e seu contexto social, político, histórico, ambiental e cultural, no desenvolvimento. A própria justificativa para a existência de um serviço de extensão é o de estimular a população rural para que se processem mudanças em sua maneira de cultivar a terra, criar o seu gado, administrar o seu negócio, dirigir o seu lar, defender a saúde da família, educar os seus filhos e, por fim, trabalhar em favor da própria comunidade.

Os objetivos da ATER para serem cumpridos pela Empresa prestadora de serviços- Hydros nesse perímetro, consistiam na prestação de serviços de apoio à produção aos pequenas famílias agricultoras, instaladas no Projeto Baixo Acaraú, no que tange à Assistência Técnica, Extensão Rural, organização de produtores e capacitação, produção agrícola e comercialização.

Na época em que foram iniciados os trabalhos no perímetro Baixo Acaraú, a SEAGRI era a instituição pública responsável pelo desenvolvimento agrícola e pelo gerenciamento e contratação dos profissionais de extensão (agrônomos, técnicos agrícolas, sociólogos, assistentes sociais e pedagogos) para realizar a Assistência Técnica no perímetro irrigado, no período inicial das atividades. A Assistência Técnica encarrega-se de realizar as capacitações dos(as) produtores(as) rurais para a produção e comercialização dos produtos. Sendo assim, a ação da Assistência Técnica está vinculada ao modelo de desenvolvimento que impõe o espírito empresarial de mentalidade pró-capitalista aos membros produtivos das respectivas famílias para viabilizar uma estrutura de organização com propósitos modernizantes, usando uma estratégia baseada na agricultura capitalista.

Sendo assim, o Governo concebe o trabalho coletivo das associações de famílias rurais como entidade gestora, voltada para a produção, na convicção de que seu fortalecimento está no

sucesso financeiro, ensejando uma cultura de valores permeada pelo econômico. Porém, os serviços prestados pela equipe de ATER referem-se à Assistência Técnica e Extensão Rural. Sabe-se que o objetivo da Assistência Técnica é trabalhar para desenvolvimento de competências de novas tecnologias para produção, enquanto que a Extensão Rural tem por objetivo trabalhar numa dimensão mais ampla e processual.

O papel da Extensão Rural pode ser revelado pelo desdobramento de suas diferentes finalidades. Entre estas finalidades, estão as seguintes: melhorar as condições econômicas e sociais da população rural; aplicar os conhecimentos da ciência e a pesquisa aos problemas da família agricultora; estender ao povo rural conhecimento e habilidades, para a melhoria do seu nível de vida; estimular os processos de mudanças da população rural, nos campos técnico, econômico e social; preparar um “dispositivo de disparo”, que acione as aspirações e as capacidades das pessoas para o progresso; criar uma reação em cadeia que resulte em melhores condições de vida e de trabalho para a população rural; incorporar as massas rurais, por meio da educação, aos programas de desenvolvimento de um país; acelerar o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais; aumentar a renda da família agricultora; servir de ponte entre a pesquisa agropecuária e a família produtora rural.

O modelo metodológico de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER adotado pelo DNOCS visa à capacitação das famílias agricultoras para uma produção agropecuária tecnificada e a organização da produção agropecuária destas pequenas famílias irrigantes, assentadas no Perímetro Irrigado do Baixo Acaraú, para que utilizem melhor o potencial produtivo de que dispõem (DNOCS - EDITAL CC01/98).

O projeto de irrigação objetiva a incorporação de melhores e mais adequadas técnicas aos sistemas de exploração, capazes de alcançar níveis de produção e produtividade condizentes com o aporte de recursos econômicos imobilizados na sua construção, contudo sem danos ao meio ambiente, bem como o conhecimento e manejo dos mecanismos de mercado para as compras e vendas, de forma que as famílias produtoras consigam obter uma renda líquida satisfatória, galgando, assim, melhores condições de vida para as mesmas.

Em todas as etapas do processo, a relação técnico/família produtora seria estabelecida partindo do pressuposto de que os conhecimentos se complementam não se sobrepõem e se consolidam na prática social dos participantes. A educação/capacitação participativa coincide com a produção coletiva do saber; leva em consideração os diferentes modos de sentir/pensar/agir, que, mediante o confronto permanente com outros modos de sentir/pensar/agir são modificados, por

meio dos debates e das discussões. O(a) produtor(a) é um ser ativo, é o sujeito que se relaciona com o mundo e atua sobre ele, individual e coletivamente, numa perspectiva de transformação e recriação, sendo assim sujeito e nunca objeto do processo (FREIRE, 1983).

De acordo com o termo de concorrência exigido pelo DNOCS para execução do serviço de ATER em 2000 no Baixo Acaraú (DNOCS, 1998), constava que a missão dos serviços públicos de ATER se configurava na execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, para fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade. É seu objetivo maior animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, visando à melhoria da qualidade de vida.

Além dos serviços para a produção, tais como suprimento de insumos, serviços moto mecanizados e financiamento da produção, ressalta-se o apoio das associações ou cooperativas às famílias produtoras, no que tange aos mercados e comercialização, envolvendo, entre outros, os seguintes aspectos: informações de mercado – preços no atacado para os principais produtos de interesse do perímetro, praticados nas principais centrais de abastecimento. Oportunidades no mercado interno e exterior para produtos agronomicamente viáveis no perímetro, com seus volumes, preços, épocas e especificações; planos para organização de sistemas comerciais com treinamento de pessoal em pós-colheita e marketing; e mobilização de cadeias comerciais para maior eficiência da comercialização.

Dessa forma, iniciou-se a compreensão de desenvolvimento exógeno, relacionada ao contexto econômico de mercado, de produtos e insumos para produção agrícola, direcionada e administrada a partir das necessidades externas à realidade do(a) trabalhador(a) rural.

Sendo assim, é necessário realizar um desdobramento e discussão em torno do significado de desenvolvimento a partir da construção histórica no semiárido nordestino para compreensão da realidade local.

3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Para entender melhor o conceito de desenvolvimento sustentável nos espaços rurais, será necessário refletir sobre o conceito de espaço rural e suas modificações elaboradas historicamente em torno dessa realidade, pois esse é um fenômeno extremamente complexo. Os limites à

compreensão integral da realidade começam pela percepção que se tem dela. É na realidade que os seres humanos têm que satisfazer as exigências de seus organismos. Para tanto, não basta perceber a realidade, é preciso agir nela e sobre ela, segundo a forma como é percebida por todos.

Nessa atualidade, o rural é percebido e entendido de formas diferenciadas das épocas anteriores, por exemplo; na Idade Média, o rural era entendido como único espaço de plantação e sustentação da comunidade feudal e os centros eram compreendidos como locais para a troca de mercadorias, com finalidade econômica, mas a população em sua maioria ainda vivia no rural.

Segundo Graziano (2001), a consumação entre a separação do campo e da cidade acontece com advento da Revolução Industrial. Para esse autor, o surgimento do rural deu-se com o desenrolar dos processos econômicos. O rural é tido como espaço de produção e a cidade como *locus* de comercialização para desenvolver processos econômicos. Assim, com a intensificação da globalização, os limites do rural e do urbano se tornam tênues, havendo uma integração entre o campo e a cidade, sendo marcado pela transição dos complexos rurais para complexos agroindustriais.

Sendo assim, o universo do consumo constitui-se enquanto instância legitimadora e se contrapõe cada vez mais a outras instâncias, tais como; Estado, a escola e a família. O consumo pode ser definido como nova territorialidade diferenciada como o universo do consumo e o universo de estilos de vida, mudando as relações sociais, dos produtos e dos valores e mercadorias. Pode-se falar de uma tecnologia, porém não de uma cultura, cada vez mais hegemônica. Nesse sentido, ocorreu uma globalização de economia e uma mundialização da cultura (GRAZIANO, 2001), e entretanto tal sucede de forma irregular no meio rural, não conseguindo alcançar todos os setores econômicos igualmente, pois, no meio rural, especificamente na agropecuária, possui formas complexas de funcionamento.

Assim, destaca-se a crescente orientação da produção para mercados capitalistas e a articulação dos(as) agricultores(as) com o complexo agroindustrial. Esse contexto provoca conseqüências sobre a dinâmica agropecuária como expropriação e exploração do campo, precarização do trabalho e “pluriatividade”. Nessa perspectiva, o rural caracterizou-se com bases na dimensão econômica.

Sendo assim, o mundo do trabalho, o mundo da vida, as organizações sociais, enfim, cada espaço da vida dos seres humanos está sendo profundamente atingido pelas transformações e mudanças numa nova realidade histórica globalizada. Sente-se que estamos sendo desafiados,

exigidos e atingidos, constantemente, em nossos lares, em nosso trabalho, na política, no cotidiano da convivência humana. Esses novos desafios da vida social exercem pressões sobre nossas vidas, produzindo novas necessidades, abrindo espaços para outras formas de organização social. Assiste-se a uma nova reorganização da sociedade, e, a cada momento, os agentes sociais transformam suas formas de falar, pensar, conhecer, dominar e resistir. Essas transformações também privilegiam a realidade das famílias agricultoras rurais no Perímetro Irrigado do Sertão Nordestino no Baixo Acaraú, mudando seu modo de viver, de plantar, transformando sua dinâmica societária na vida do trabalho rural.

De acordo com Lévy,

...a evolução da técnica, o progresso da ciência, as turbulências geopolíticas e os elementos aleatórios dos mercados dissolvem os ofícios, pulveriza as comunidades, obrigam as regiões a se transformar, as pessoas a se deslocar, mudar de lugar, de país, de costumes e de língua. A desterritorialização muitas vezes fabrica a exclusão e rompe os laços sociais. Quase sempre confundem as identidades, pelo menos aquelas que fundavam sobre pertencas ou "raízes". Resulta em um terrível desajuste, uma imensa necessidade de coletivo, de laço, de reconhecimento (1999 p.42).

Essas mudanças, além de provocar as transformações no plano cultural, social, político e econômico, ensejam outra visão para melhor compreender o novo desenvolvimento. Tânia Bacelar (2008) revela que se está revendo no atual contexto, vários conceitos sobre desenvolvimento.

...estamos em uma fase em que a certeza de que desenvolvimento era crescimento econômico, que progresso era sinônimo de industrialização e que ser desenvolvido era produzir bens industriais estão sendo questionados. A tendência é construir um conceito mais complexo de desenvolvimento (BACELAR, 2008, p.16-17).

Almeida (1997), no século XX, em países e regiões afastadas dos centros da modernização, a idéia de desenvolvimento ganha força. Na década de 1950, o termo já era empregado corretamente na literatura econômica e na linguagem comum. Desde então, tornou-se um componente ideológico essencial da civilização ocidental.

Para Jara (2001), as transformações na esfera internacional com a eliminação das barreiras ao livre comércio, explicam em boa medida os ajustes realizados nas políticas agropecuárias. Ainda, segundo o autor, na América Latina, começam a se concretizar experiências de desenvolvimento rural sob enfoques sustentáveis, com novas implementações.

O conceito tradicional de desenvolvimento rural associa-se à produção de bens materiais para satisfação das necessidades básicas e melhoria das condições de vida. Rural não é só agrícola, cidades são elementos-chaves para se pensar o desenvolvimento rural. A proposta atual pauta-se em

perspectiva holística, tendo por foco o desenvolvimento do ser humano; parte do capital social, do capital humano e do “empoderamento” para dar conteúdo a real democracia (JARA, 2001).

O conceito de desenvolvimento sustentável apareceu num contexto de crises, de degradação de evoluções preocupantes, mostrando que o desenvolvimento de alguns pode nascer do subdesenvolvimento de outros. Conforme Jara (2001), a ênfase do desenvolvimento sustentável está nas coisas que as pessoas podem fazer e nas realizações que definem o ser mundialização (TONNEAU, 2004). O aumento de trocas resultou no crescimento de bens produzidos. De outro lado, a exclusão social das pessoas, e não no que elas podem ter.

Conforme Abranches (2007), as políticas públicas propõem projetos de desenvolvimento auto-sustentado com ênfase na geração de renda¹, dentro de uma economia capitalista na qual as regras do mercado são redefinidas, passando a buscar a auto-sustentação financeira, criação e incremento dos caminhos do setor de produção. A palavra de ordem passa a ser eficiência e produtividade na gestão de projetos sociais, para gerir recursos que garantam a sobrevivência das próprias entidades. E essas novas entidades buscam parceria com o Estado e clamam por uma forma de desenvolvimento sustentável. Para o autor, no que se refere à sustentabilidade, não se trata de ensinar renda a qualquer custo, mas considerar aspectos de autonomia da comunidade. Só que as novas buscas em relação a desenvolvimento nos perímetros de irrigação demonstram outra realidade na prática da vida da família trabalhada rural.

As políticas públicas nos perímetros de irrigação parecem ter como ponto em comum o nível econômico como instrumento de primeira instância e o nível político como objetivo em última instância. O Estado oferta uma série de privilégios econômicos concedidos às associações como forma ao seu incremento, porém, de forma ambígua, a não-valorização dos princípios socializantes para implantação de objetivos capitalizantes, implica a demora da sua emancipação, não produzindo os resultados esperados.

O documento “Uma Nova Era para o Desenvolvimento Sustentável”, do *International Institute for Environment and Development*, traz a seguinte mensagem: **“o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ foi amplamente endossado ao longo das duas últimas décadas, no entanto, o desenvolvimento continua longe de sustentável”** [grifo nosso].

1-Projetos que buscam em seus objetivos e resultados melhores condições de obtenção de renda e trabalho para as comunidades, ao mesmo tempo em que consideram os resultados e impactos sociais e ambientais gerados pelas ações dos projetos. Ou seja, não se trata de gerar renda e a qualquer custo, mas de considerar aspectos como o protagonismo dos envolvidos, a autonomia da comunidade, o cuidado com as questões ambientais, e que tipo de condições são criados para que os resultados do projeto tenham impacto ao longo prazo.

Não obstante essa constatação entre óbvia e sombria, o texto é otimista e afirma que se abre uma nova era para o desenvolvimento sustentável (ABRANCHES, 2007, p.1).

O autor discute sobre uma nova fase para o mesmo “modelo”, constatando que o paradigma mudou. Para ele, não houve nem haverá desenvolvimento sustentável. “Nunca foi uma questão ambiental ou ecológica. Sempre foi uma questão de economia política” (ABRANCHES, APUD, 2007, p.1).

Muitos agentes envolvidos com o desenvolvimento sustentável nesses perímetros irrigados defendem uma visão econômica, em que consideram o retorno financeiro de determinado projeto, como determinante de sustentabilidade, e essa visão perpassa a prática das ações de ATER, como formas utilizadas para conseguir tal sustentabilidade e desenvolvimento, em que se ignora outra dimensão de sustentabilidade adequada à escala comunitária: social, humana, econômico-financeira e ecológica.

Os antecedentes históricos indicam que o conceito de desenvolvimento sustentável não é apenas mais um modismo ou uma idéia brilhante das Nações Unidas, mas uma construção teórica para organizar uma nova postura da sociedade diante dos desafios do presente e do futuro e consistente com o novo paradigma de desenvolvimento. (BUARQUE, 2002, p.57).

Explica ainda que o desenvolvimento sustentável é difundido como proposta de desenvolvimento diferenciada e, ao mesmo tempo, torna-se a alternativa viável e não mais uma utopia pelas condições do paradigma de desenvolvimento emergente, em especial, os avanços científicos e tecnológicos. O conceito do desenvolvimento tecnológico resulta, então, do amadurecimento das consciências e do conhecimento dos problemas sociais e ambientais e das disputas diplomáticas, mas também das variadas formulações acadêmicas e técnicas que surgem durante as três últimas décadas com críticas ao economicismo e defesa ao meio ambiente e às culturas.

Ao discutir-se em mão dupla, desenvolvimento rural e sustentabilidade estarão exprimindo um ideal extremamente complexo, e isso exige uma série de advertências. Acoplar desenvolvimento e sustentabilidade já é objeto de quem vê o desenvolvimento em termos restritos apenas aos materiais. “O desenvolvimento econômico tem limites e é incompatível com a sustentabilidade” (WANDERLEY, 2004, p.77). O autor discute desenvolvimento encarando-o como o caminho para uma situação de bem-estar da humanidade, incluindo os aspectos de qualidade de vida com todos os componentes: saúde, educação, cultura, segurança, etc. A partir disso defende a noção de que

desenvolvimento rural não diz respeito apenas ao crescimento da produção agropecuária, denunciando, assim, uma visão restrita de desenvolvimento e aplicando uma óptica mais integrada.

Por sua vez, as instituições envolvidas com o trabalho de ATER no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú realizam as ações de produção e comercialização como forma de sustentáculo para o desenvolvimento do perímetro, usando a questão econômica como via de mão única.

É um grande desafio preparar os sujeitos populares para a implementação de uma nova abordagem de desenvolvimento no rural; projeto que está baseado no trabalho de formação da consciência organizativa, onde as pessoas possam identificar os problemas, de acordo com uma análise das situações e da correlação de forças em que estão inseridos, serão capazes de se organizar e criar mecanismos coletivos de solução para os problemas que vivem. “Ninguém aprende a se organizar sozinho e ninguém aprende a se organizar a não ser se organizando, ou seja, na prática. É a existência social que determina a consciência das pessoas” (FUNDEP: 1994 p.49).

Os movimentos sociais, associações, cooperativas ou práticas outras sociais, podem constituir-se em lugares sociais privilegiados para a reconstrução do coletivo. Diante do quadro de profundas transformações, especialmente econômicas e políticas, pelas quais passa a sociedade contemporânea, surge a questão do extensionismo, sendo-lhe atribuída diferente função, especialmente no campo do trabalho, da economia. Aparece mais como meios de garantir a inscrição na estrutura social, procurando evitar a exclusão social.

O debate sobre as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável aponta para um novo paradigma em relação ao desenvolvimento. Conforme Tânia Bacelar (2008), se está em um momento em que as hierarquias estão sendo reconstruídas e as interações redefinidas.

A autora acredita que, “A abordagem da realidade também está mudando” (BACELAR, 2008, p.17). A abordagem setorial, desprovida da dimensão espacial, que ainda é muito forte, é um dos focos da discussão na atualidade. Consta que a maioria das instituições está organizada de forma setorial e que a tendência atual é tentar fazer planejamento e desenvolvimento com abordagem territorial.

Inscreevo-me entre os que acreditam que estamos numa terceira geração de políticas regionais. Passamos por uma primeira geração – muito ligada à visão de que o desenvolvimento de certos lugares dependia sempre de agentes de fora, mas muitas avaliações mostraram os limites dessa abordagem. Com a crise mundial e a onda neoliberal, verificou-se uma recuada dessa visão e, como já foi aqui destacado, a teoria do desenvolvimento endógeno ganhou espaço (...). [...] hoje estamos chegando a um meio termo. Tende-se cada vez mais a considerar que o que vem de dentro para fora e o que vem de baixo para cima seja mais importante, mas ficam cada vez mais claros os limites

desse tipo de processo, especialmente num país como o Brasil[...]. (BACELAR, 2008, P. 19)

A autora explica que o desenvolvimento endógeno é um processo que vem de dentro para fora e que nasce nas próprias regiões. A abordagem territorial está ligada a esse tipo de desenvolvimento e considera as múltiplas dimensões quando se atenta promover o desenvolvimento sustentável. Para tanto, é necessário trabalharem juntos ambientalistas, economista, sociólogos, antropólogos, psicólogos, pedagogos, entre outros profissionais. Logo as visões e linguagens diferem, as teorias variam, as abordagens têm ênfases distintas, mas o resultado é ainda melhor, pois consideram os múltiplos saberes. A proposta territorial é pautada na multidimensionalidade e integralidade, ou seja, considerar a diversidade e desigualdade em cada território e criar capacidade de fazer a leitura dos conflitos numa multidimensão. Trabalha o conceito da gestão coletiva pautada no caráter da organização, participação nos processos de desenvolvimento sustentável.

Sendo assim, a abordagem territorial representa uma redescoberta do rural no Brasil. Concebe uma passagem do modelo de desenvolvimento de modernização conservadora para um novo modelo, o território como desafio atual para as políticas públicas.

Para Graziano (2001), a caracterização fundamental das áreas rurais é a sua baixa densidade populacional. Na perspectiva desse autor, o rural hoje só pode ser entendido como *continuum* do urbano do ponto de vista espacial e sob o prisma da organização da atividade econômica. As cidades não podem mais ser identificadas apenas como a atividade industrial e nem os campos com a agricultura e a pecuária. Denomina de novo rural brasileiro o conjunto de atividades diferenciadas que surge no meio rural brasileiro. Novo não como inédito, mas assumindo outro significado, outra dimensão diferenciada para as análises das atividades no rural. O tradicional cede lugar ao novo como resultado da industrialização da agricultura. Segundo Graziano, o rural tende a cada vez mais se distanciar de uma concepção setorial assentada unicamente em atividades agrícolas, já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário; atividades urbanas que adentram o rural e modificam e transforma o rural.

Na perspectiva de José Eli da Veiga (1991), o rural é entendido numa abordagem territorial, no qual o território pode substituir com vantagens as ambigüidades oriundas das perspectivas dicotômicas ou a do *continuum*. Os questionamentos de Veiga centram-se sobre os efeitos que a tendência da diferenciação espacial proporciona para a questão do desenvolvimento, pois é comum atrelar desenvolvimento à urbanização. Para o autor, é possível que uma área rural se desenvolva sem que se torne não-rural. Defende o argumento de que os estudos devem incorporar novas

perspectivas de análise, como valorização do espaço, pois a abordagem territorial tem um enfoque que valoriza as dimensões espaciais.

Consiste em uma forma diferenciada para análise rural e da ruralidade brasileira, pois palavras como espaço e território não se restringem ao fenômeno local, regional e nacional, podendo se exprimir simultaneamente em todas essas dimensões. Sugerir o território para discussão do rural e da ruralidade é assumir um debate diferenciado, pois se distancia das vertentes tradicionais das ciências sociais.

O meio rural nas últimas décadas passa por um discurso de urbanização acelerada, decorrente de expressivo incremento das atividades industriais na agricultura que se integrou ao restante da economia – não pode mais ser diferenciado dos setores de fornecimento de insumos ou de compra de produtos.

Na atualidade, acontece nova dinâmica dada pela urbanização do mundo rural, ampliando a noção do setor agropecuário transformando atividades produtivas tradicionais (cultivos e criação de animais), pela existência da “pluratividade” ou multifuncionalidade da agricultura determinadas como: uma nova composição demográfica onde os espaços rurais atraem populações urbanas, o que estimula o crescimento da população rural e modifica seu perfil demográfico. Com essa expansão das atividades produtivas intersetoriais, a produção agrícola se integra cada vez mais aos setores de transformação e de comercialização e mesmo as áreas mais atrasadas, poderiam ter condições de descobrir e desenvolver estas potencialidades como; a expansão das atividades de serviço ligada ao lazer das populações urbanas (FURTADO, 2004).

Graziano garante que, a grande diferença entre o que causa a “pluratividade” das famílias rurais no Brasil e nos países desenvolvidos é que aqui ela não resulta de um crescimento da produtividade do trabalho agropecuário (GRAZIANO, 2001). Enfim, a modernização da agricultura foi o resultado de um pacto social que se baseou em dois pontos fundamentais: dar prioridade à produção (legislação, política agrícola) e considerar os membros das famílias agricultoras como agentes do progresso, na voz do campo as famílias agricultoras se tornam “profissionais”, porém, existem três dimensões da crise atual da agricultura resultantes da adoção do modelo produtivista: crise econômica (superprodução) crise social (redução dos efetivos de agricultores) e crise ambiental (desgaste de recursos naturais).

Sendo assim, torna-se necessário realizar uma discussão em torno da idéia de desenvolvimento no perímetro irrigado.

3.1 Projetos de vida como um caminho para o desenvolvimento: processo educativo em pauta

As contradições entre o estilo de vida rural e a falta de condições de trabalho na agricultura produzem nas famílias rurais um sentimento de pessimismo sobre seus projetos de vida. É que algumas famílias ainda não tiveram a oportunidade de viver novas opções capazes de assegurar melhor qualidade de vida para seus membros familiares. Afinal de contas, prática pedagógica desenvolvida por um significativo número de comunidades rurais, por profissionais da educação sem uma estreita identificação com o contexto rural, reproduzem decursos sobre a realidade urbana, contribuindo para perda do sentimento de pertença da comunidade rural. E, com isso, ampliam-se as dificuldades, a incerteza quanto ao futuro da agricultura.

Por outro lado, algumas comunidades rurais onde há melhores condições de trabalho decorrentes de outras dinâmicas socioeconômicas - confecção doméstica de roupas femininas, como principal fonte de renda, a produção de doces de frutas e de leite, comercializadas diretamente ao consumidor - são iniciativas que envolvem boa parte das famílias rurais, fortalecendo, assim, o desejo de permanecerem na localidade rural.

Maluf (2003, p.96) acentua, contudo:

O desejo de ter uma atividade agrícola rentável e valorizada pela sociedade e pelas políticas públicas, receber assistência técnica e ter uma política de preços favorável ao pequeno produtor, é também expressão de afeto da terra, do gostar de plantar, de se sentir orgulhoso com uma roça bem cuidada, produtora de belos frutos ou legumes, de se sentir livre por não ter um patrão, e assim, realizar o valor de “ser dono de si mesmo” e de “viver ao ar livre” (...) são esses valores que o fazem sentir-se membro de uma categoria social e de um espaço físico socialmente ocupado.

A prática da agricultura, ainda que insuficiente, proporciona ao(à) agricultor(a) a manutenção de sua identidade, alimentando laços de solidariedade com os vizinhos e parentes, viabilizando maior sentido à vida.

Nesta compreensão, ressalta Boff (1999, p.1367),

Sustentável é a sociedade ou o planeta que produz o suficiente para si e para os seres dos ecossistemas onde ela se situa; que toma da natureza somente o que ela pode repor, que mostra um sentido de solidariedade (...) na prática a solidariedade deve mostrar-se capaz de assumir novos hábitos e de projetar um tipo de desenvolvimento que cultive o cuidado com os equilíbrios ecológicos e funcione dentro dos limites impostos pela natureza. (...) não se trata simplesmente de não consumir, mas de consumir responsabilmente.

Sendo assim, o desenvolvimento tem seus fundamentos nas questões sociais, econômicas, éticas, ambientais, políticas, visando alcançar um projeto de vida do cidadão que compreende três elementos - qualidade de vida, condições de vida e nível de vida. Pauta-se na questão econômica, visando a melhoria do nível de vida, na questão de bem-estar relacionado às condições de vida, e na qualidade de vida, no direito à vida saudável, à educação, à participação política ao respeito aos direitos humanos, e à proteção contra a violência, além de outros valores fundamentais, que dão sentido à vida. Sobre isso o autor pouco citado destaca esses valores: (...) “se alcançam a um cuidado na construção coletiva do social, se há convivibilidade entre as diferenças, cordialidade nas relações sociais, o cuidado pela inalienável dignidade da vida move-se o sentimento das pessoas e dos movimentos sociais em função das transformações sociais” (p.48).

Para Penã (1992), a qualidade de vida representa o ponto de partida do processo educativo (essência do processo pedagógico) uma vez que se relaciona diretamente com o sujeito e sua consciência; refere-se à capacidade de transformar a consciência por meio da reflexão, da conscientização. É um fator interno, subjetivo, que é necessário desenvolver, para que os indivíduos e comunidades estejam com capacidade de compreender e dirigir os processos destinados a intervir na realidade. Condições de vida referem-se aos fatores externos ao sujeito que proporcionam seu bem-estar (alimentação, moradia, educação, saúde, segurança, habitação etc.). Nível de vida compreende os recursos necessários para desenvolver as condições de vida, tais como emprego, a produção, a tecnologia, etc.

A inter-relação dos três elementos citados constitui o projeto de vida, objetivo e meta da educação para a participação e a auto-gestão. À ausência de qualquer desses três elementos torna-se impossível alcançar o projeto de vida e, assim, o desenvolvimento, sendo que a qualidade de vida é fator que permite o desenvolvimento da participação e autogestão, pois potencializa sujeitos e comunidades para participar conscientemente na transformação da realidade. A relação de qualidade de vida e condições de vida possibilita o alcance do nível de vida definido pelos aspectos socioeconômicos de produção, emprego e salário (PENÃ, 1992).

Nos perímetros irrigados, as propostas das ações de ATER visam trabalhar as potencialidades dos(as) agricultores(as), favorecendo o apoderamento do aprendizado do cotidiano da vida do trabalho rural para autogestão de negócios, para a conquista do desenvolvimento em apenas uma dimensão do projeto de vida do cidadão; nível de vida que está relacionado à produção, tecnologia, emprego e renda. Essa visão reducionista de desenvolvimento se afasta da dimensão da sustentabilidade, que é bem mais ampla e abarca as três dimensões.

Entender o alcance do projeto de vida como o caminho para o desenvolvimento no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú demanda uma visão mais direcionada às ações de ATER para as questões educativas; o entendimento de uma educação como processo para o aprendizado coletivo, para as mobilizações sociais e conquista das relações de interação e solidariedade humana, ou seja, para as demandas internas na sociabilidade dos(as) agricultores(as) rurais, na perspectiva de desenvolvimento endógeno.

Desde a perspectiva das teorias da modernização, o desenvolvimento rural apresenta uma determinação estrutural. Ou seja, desde tal perspectiva as principais forças do moderno desenvolvimento são situadas fora do rural, o desenvolvimento é exógeno. Em contrapartida a essa abordagem que se revelou incapaz de promover o desenvolvimento de amplas zonas rurais, especialmente do Terceiro Mundo (ainda que também dentro do mundo “desenvolvido” extensas áreas foram marginadas), uma maior atenção é agora dedicada às possibilidades de um desenvolvimento endógeno.

A diferença entre os enfoques situa-se em que o desenvolvimento endógeno inclui a determinação local das opções, um controle local sobre o processo e a retenção dos benefícios deste desenvolvimento no local. O modelo endógeno de desenvolvimento é baseado principalmente, mas não exclusivamente, sobre os recursos localmente disponíveis. O desenvolvimento endógeno “pode revitalizar e dar uma nova dinâmica aos recursos locais, que de outra forma poderiam tornar-se supérfluos”. A íntima dependência entre o desenvolvimento endógeno e os recursos locais pode ter um impacto positivo sobre os interesses e perspectivas locais, afirmam Van Der Ploeg e Saccomandi (1995), ainda que recordem que tal potencial também depende de uma série de fatores, como os vínculos entre a localidade, o mercado e as políticas.

Sendo assim, a compreensão do modo de atuação do serviço da extensão rural no Brasil requer um aprofundamento na lógica dos elementos que originaram a prática extensionista passada e atual e uma compreensão de desenvolvimento voltada para a realidade e as necessidades no contexto de vida do(a) agricultor(a) buscando um equilíbrio entre demandas econômicas e necessidades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário da visão cartesiana e tecnicista que orientou as décadas do desenvolvimentismo, a nova ATER exige uma visão holística, o estabelecimento de estratégias

sistêmicas e não apenas métodos apropriados para difusão unilateral de tecnologias para promoção do desenvolvimento econômico.

É preciso, buscar a qualidade do diálogo entre sujeito e o seu mundo, o que o torna um sujeito histórico (MULLER, 1993). Desse ponto, o diálogo, a troca de saberes, a visão do todo e sua relação com o mundo é que podemos, pela ação de extensão pautada nas diretrizes da Política nacional de Assistência técnica e Extensão Rural - PNATER, promover a participação e o desenvolvimento rural sustentável. As ações de ATER deverão ser ampliadas, seja ela pública ou privada; a pesquisa agrícola deverá dar atenção às necessidades das pequenas famílias agricultoras e da agricultura familiar em geral. Vale a pena ressaltar que todos os países desenvolvidos têm na agricultura familiar um sustentáculo do seu dinamismo econômico.

Será necessário discutir sobre as diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural como políticas para aprimoramento e realização na prática do trabalho de ATER no Baixo Acaraú como ferramenta para o desenvolvimento das famílias agricultoras rurais, já que apresenta o perímetro como fonte de emprego e renda para o desenvolvimento sustentável.

É possível reconhecer a dificuldade que as instituições têm em promover mudanças no modelo de intervenção, pois foram feitas no âmbito de um modelo de desenvolvimento que sempre priorizou a modernização da agricultura, direcionando suas ações para esse objetivo. No que se observa, no entanto, é que as normas, regras e formas institucionais e de poder estabelecidas não estão sendo alteradas, pelo menos em relação ao serviço de ATER. Mesmo quando se observa uma mudança no discurso oficial, essa não se materializa na prática da gestão nem na ação dos agentes de ATER junto às famílias rurais. Nesse sentido, devemos ressaltar a necessidade de se repensar formas de integração regional e local, para que a perspectiva econômica seja apenas um dos aspectos, não o único, assegurando e promovendo os valores sociais nos espaços em formação para a promoção do desenvolvimento como oportunidade, retomando o papel fundamental da educação, “a educação para cidadania”, uma sintonia entre habilidade reconstrutiva e habilidade política.

É fundamental que o Poder Público reconheça a importância do serviço da extensão rural e a sua relação com a educação popular, para que assim possa criar uma melhoria de condições para a qualidade da assistência técnica e da extensão rural.

Deve-se perceber com clareza que, se pretendemos que as famílias agricultoras tenham condições favoráveis de produção e qualidade de vida, deveremos enxergá-los como sujeitos do desenvolvimento e não como objeto. Uma política de desenvolvimento sustentável deve levar em consideração à necessidade do protagonismo dos agentes sociais no processo econômico de geração

de renda com qualidade de vida e transformação local. Para que isso ocorra, é necessário que a formulação do conhecimento, por meio da prática de ATER, resulte da interação do indivíduo com a informação que lhe é exterior e o significado que este lhe atribui, ou seja, resultado de uma elaboração de construção do sujeito.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso á idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. **Revista da Educação Agrícola Superior**. Brasília: ABEAS, v.15, Edição especial, 1997. p. 51-85.

ABRANCHES, S. **O fim do desenvolvimento sustentável**: Artigo científico, 2007. Disponível em 31/03/2007.

BACELAR, T. [et al] (autores). **Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais**/ Carlos Miranda e Breno Tiburcio (organizadores); Brasília: IICA, 2008. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.8.).

BOFF, L. **Saber Cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRASIL/MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro. Garamond, 2002.

DNOCS. Termo técnico de referência técnica. EDITALCC01/98.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 12 edição, 93p, 1983.

FUNDEP-Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa (Três Passos, RS). **Coragem de Educar**: Uma proposta de educação popular para o meio rural/ *FUNDEP*; Prefácio de Sergio Gorgen. Petrópolis, RJ; Vozes, 1994.

FURTADO, E.D.P. **(R)evolução no desenvolvimento rural**: território e mediação social. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Brasília (IICA), 2004.

FURTADO, E.D.P. **Farmer Participacion in Brazilian Sugar Cane Research**. Submitted for the degree of Doctor of Philosophy London School of Economics and Political Science, University of London. London (UK), 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 6. Ed. – 3ª Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

GRAZIANO, J. e J. Marc e Bianchini. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento Agrário**/ Conselho nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.

GRAZIANO, da S., J. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

JARA, C. J. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2001.

LÉVY, P. **A Inteligência coletiva**. Por uma antropologia do ciberespaço. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MALUF, S. Renato e CARNEIRO, Maria José. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MULLER, Robert. **O nascimento de uma civilização global**. São Paulo: Aquariana, 1993.

PENÃ, A. S. **Proposta pedagógica**; formação de formadores em educação para participação em saúde. Ministério da Saúde. Brasília, 1992.

PLOEG, Van Der J.D. & SACCOMANDI, V. On impact of endogenous development in agriculture. In: van der PLOEG, J.D. & van DIJK, G. (eds.) 1995 **Beyond modernization. The impact of endogenous development**. Assen: Van Gorcum, 1995.

TONNEAU, J.-P. Desenvolvimento rural sustentável: novo paradigma ou velhas questões. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (org), **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp, 2004.

VEIGA, José E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec/USP, 1991.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro.** São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp, 2004.